

INFORME:

Juventude, Deficiência e ODS na América Latina e Caribe

A imagem mostra um mapa estilizado da América Latina, composto por vários pequenos hexágonos verde-limão. Vários pontos rosa-choque estão espalhados por este mapa hexagonal, indicando localizações específicas.

INFORME:

Juventude, Deficiência e ODS na América Latina e Caribe



**REDE LATINOAMERICANA DE ORGANIZAÇÕES DE PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA E SUAS FAMÍLIAS – RIADIS**

Juan Ángel De Gouveia,
Presidente.

Antonio Palma López,
***Secretário de Direitos Humanos e Coordenador Regional da
Rede de Juventude da RIADIS.***

Érika Fernanda Arostegui Clark,
Coordenadora da Rede de Jovens da América do Norte.

Marcos Tulio Campos Almarza,
Coordenador da Rede de Jovens da América do Sul.

Eliezer Cuevas Cerda,
Coordenador da Rede de Jovens do Caribe.



Dedicado às juventudes com deficiência, espíritos resilientes que, dia após dia, superam barreiras invisíveis em sua busca por direitos e reconhecimento. Aos que, apesar das adversidades, nos inspiram a construir um mundo onde ninguém fique para trás. Em memória daqueles jovens cujas vidas se apagaram prematuramente, vítimas da indiferença, da inacessibilidade e da exclusão. Obrigado por serem os faróis de luz que iluminam o caminho rumo à inclusão.

Agradecimentos à Aliança Internacional da Deficiência (IDA, na sigla em inglês), que contribuiu com elementos de acessibilidade garantindo que as vozes de todas as juventudes com deficiência fossem ouvidas.

Resumo Executivo



Este informe apresenta os resultados da “Consulta a Juventudes com Deficiência sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”, realizada no âmbito dos Diálogos de Meninas, Meninos, Adolescentes e Juventudes 2030. A consulta teve como objetivo principal gerar um diagnóstico participativo sobre os avanços, desafios e oportunidades na implementação dos ODS 3 (Saúde e Bem-estar), 5 (Igualdade de Gênero), 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e 17 (Alianças para Alcançar os Objetivos) desde a perspectiva das juventudes com deficiência na América Latina e no Caribe.

Em consequência, a consulta contou com a participação de 119 jovens com deficiência de 15 países da região. Igualmente, foi alcançada uma diversidade representativa em termos de gênero, idade (15-35 anos) e tipos de deficiência. Para a coleta de informações detalhadas, foram utilizadas metodologias participativas, incluindo diálogos e formulários online.



Sobre os principais achados, pode-se destacar:

- Foram identificados avanços na visibilidade da deficiência em políticas públicas e na inclusão laboral, embora persistam retrocessos significativos, especialmente no acesso a serviços de saúde e na discriminação laboral.

- Os principais desafios incluem o adultocentrismo, a falta de acessibilidade, a persistência de preconceitos e a necessidade de maior coordenação entre os atores-chave.

- Foram formuladas recomendações concretas para governos, organismos de cooperação, setor privado e sociedade civil, com ênfase na inclusão das juventudes com deficiência na tomada de decisões.

Objetivos de
Desenvolvimento
Sustentável

A imagem mostra parte de um documento digital focado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), simbolizados por um gráfico circular. Este gráfico apresenta os textos "ODS" e "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável" no centro e é cercado por segmentos coloridos, alguns dos quais contêm ícones que representam ODS específicos, como saúde, igualdade de gênero, crescimento econômico e parcerias.

Em contraste, as principais recomendações são:

- Implementar políticas públicas inclusivas que garantam o acesso universal à saúde, à igualdade de gênero e ao trabalho decente..

- Fortalecer as alianças entre governos, setor privado e sociedade civil para promover a inclusão e a equidade.

- Garantir a participação ativa das juventudes com deficiência em todas as etapas de elaboração e implementação de políticas.

Contribuições de Crianças, Adolescentes e Jovens (NNAyJ):

- As juventudes com deficiência estão liderando iniciativas para tornar visíveis seus direitos, promover a igualdade de gênero e defender a inclusão educacional e laboral.

Em conclusão, este informe destaca a importância de envolver as juventudes com deficiência na implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Suas experiências e propostas são fundamentais para construir sociedades mais inclusivas e equitativas na América Latina e no Caribe.





Um documento de texto com linhas
que representam texto e um canto
superior direito dobrado.

1

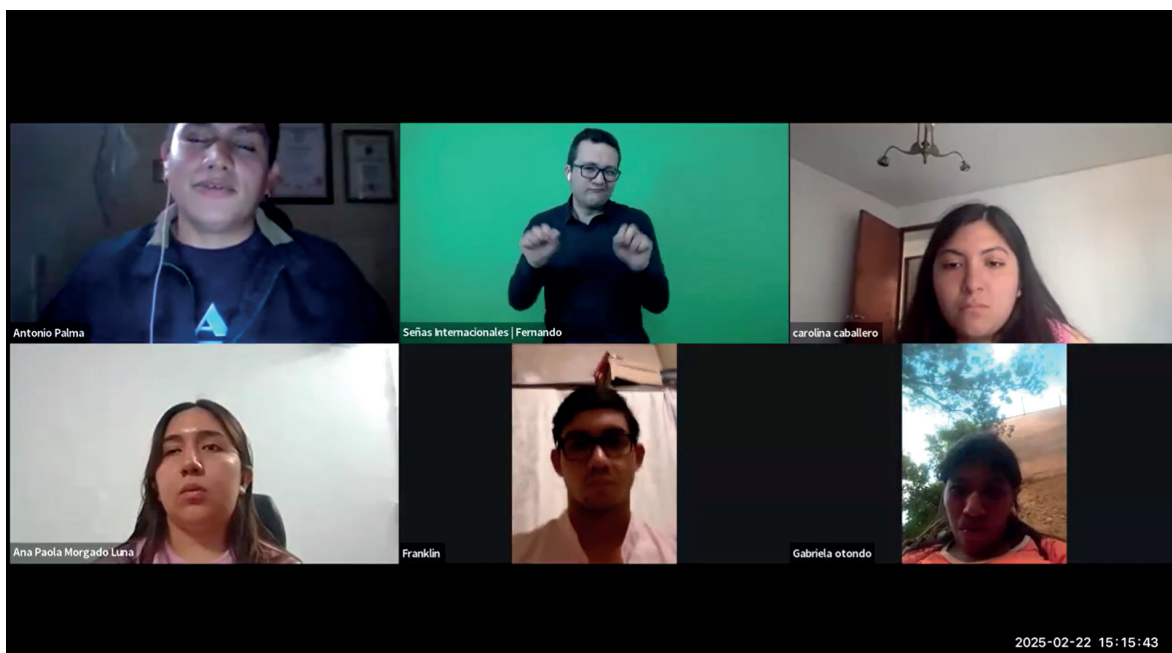
Contexto.

No âmbito dos Diálogos de Meninas, Meninos, Adolescentes e Juventudes 2030, processo impulsionado pelo grupo de meninas, meninos, adolescentes e jovens da América Latina e Caribe MEsLAC - MGCY, em colaboração com suas organizações afiliadas e membros,

A Rede de Jovens da RIADIS, com o apoio da Aliança Internacional da Deficiência (IDA, na sigla em inglês), realizou a Consulta a Juventudes com Deficiência sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esta iniciativa teve como propósito central gerar um diagnóstico participativo sobre os avanços, desafios e oportunidades na implementação dos ODS 3 (Saúde e Bem-estar), 5 (Igualdade de Gênero), 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e 17 (Alianças para os Objetivos), a partir da perspectiva das juventudes com deficiência

na América Latina e no Caribe.

A consulta contou com a participação ativa de 50 jovens com deficiência de diferentes países da região, que contribuíram com suas experiências e perspectivas sobre os ODS priorizados. Posteriormente, com o objetivo de ampliar a coleta de subsídios, garantir maior representatividade e incluir pessoas com deficiência que, por dificuldades de conectividade, não puderam participar das conexões ao vivo, foi enviado um formulário online que permitiu coletar mais contribuições, alcançando uma participação total de 119 jovens com deficiência.



Fotografia 1

A imagem mostra uma videochamada com seis participantes, cada um em seu próprio quadro. Seus nomes aparecem no canto inferior esquerdo de seus respectivos quadros: Antonio Palma, Língua de Sinais Internacional | Fernando, Carolina Caballero, Ana Paola Morgado Luna, Franklin e Gabriela Otondo. Na imagem, Antonio Palma está falando. No canto inferior direito, há um carimbo de data e hora: 22 de fevereiro de 2025, 15:43.



Um gráfico de barras com três barras ascendentes e uma seta diagonal que aponta para cima e para a direita, representando crescimento ou aumento.

2

Dados estatísticos.

As 119 juventudes com deficiência que participaram, 77 se identificaram como mulheres, 41 como homens e uma pessoa se autodetermina como pertencente à diversidade sexual. Assim também, participaram pessoas dos 15 aos 35 anos, teve-se presença em 15 países da região e contou-se com representação de 10 condições de deficiência e familiares de pessoas com deficiência, estes dados se desdobram nas seguintes tabelas:

Tabela 1: Faixa etária

NO.	Faixa etária:	Quantidade de participantes:
1	15 anos:	1
2	17 anos:	1
3	De 18 a 25:	29
4	De 26 a 30:	36
5	De 31 a 35:	52

Nota: Tabela elaborada a partir dos dados coletados nos formulários de participação. Rede de Jovens com Deficiência da RIADIS, 2025.

Tabela 2: países participantes

NO.	País:	Quantidade de participantes:
1	Argentina:	4
2	Bolivia:	23
3	Brasil:	2
4	Colombia:	26
5	Costa Rica:	3
6	Ecuador:	1
7	El Salvador:	1
8	Guatemala:	5
9	Honduras:	3
10	México:	9



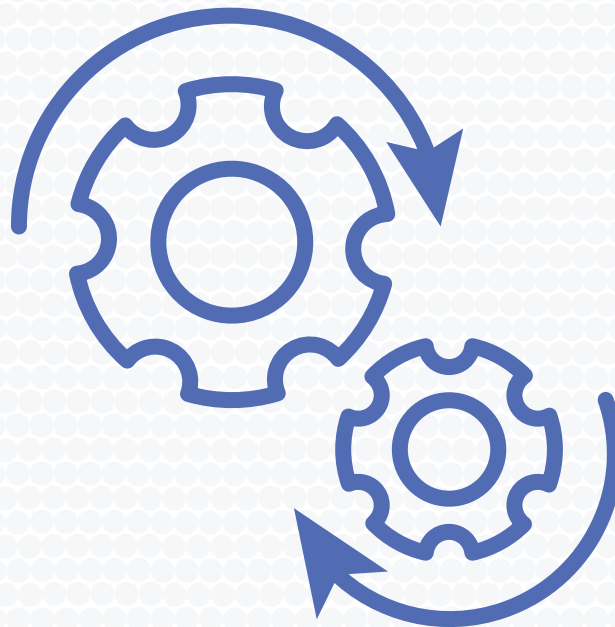
11	Nicaragua:	1
12	Paraguay:	2
13	Perú:	30
14	República Dominicana:	2
15	Venezuela:	7
Total de participantes:		119

Nota: Tabela elaborada a partir dos dados coletados nos formulários de participação. Rede de Jovens com Deficiência da RIADIS, 2025.

Tabla 3: *Condição de deficiência dos participantes*

NO.	Condição de deficiência:	Quantidade de participantes:
1	Pessoa com deficiência física:	21
2	Pessoa com paralisia cerebral:	2
3	Pessoa com deficiência intelectual:	12
4	Pessoa com autismo:	3
5	Pessoa com deficiência psicossocial:	2
6	Pessoa surda:	29
7	Pessoa com hipoacusia:	4
8	Pessoa com baixa visão:	7
9	Pessoa cega:	15
10	Pessoa com nanismo:	1
11	Familiar de pessoas com deficiência:	23

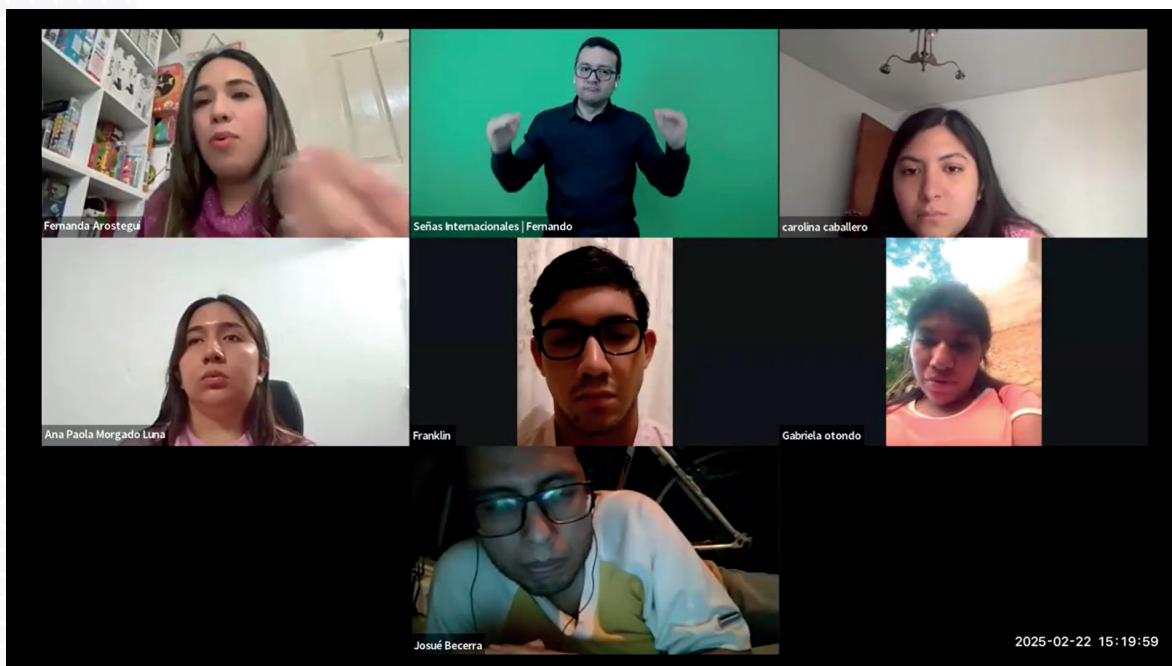
Nota: Tabela elaborada a partir dos dados coletados nos formulários de participação. Rede de Jovens com Deficiência da RIADIS, 2025.



Duas engrenagens de tamanhos diferentes, uma grande e uma pequena, interconectadas com setas curvas que indicam um movimento circular, simbolizando um processo ou atualização.

3

Mecanismo.



Fotografia 2

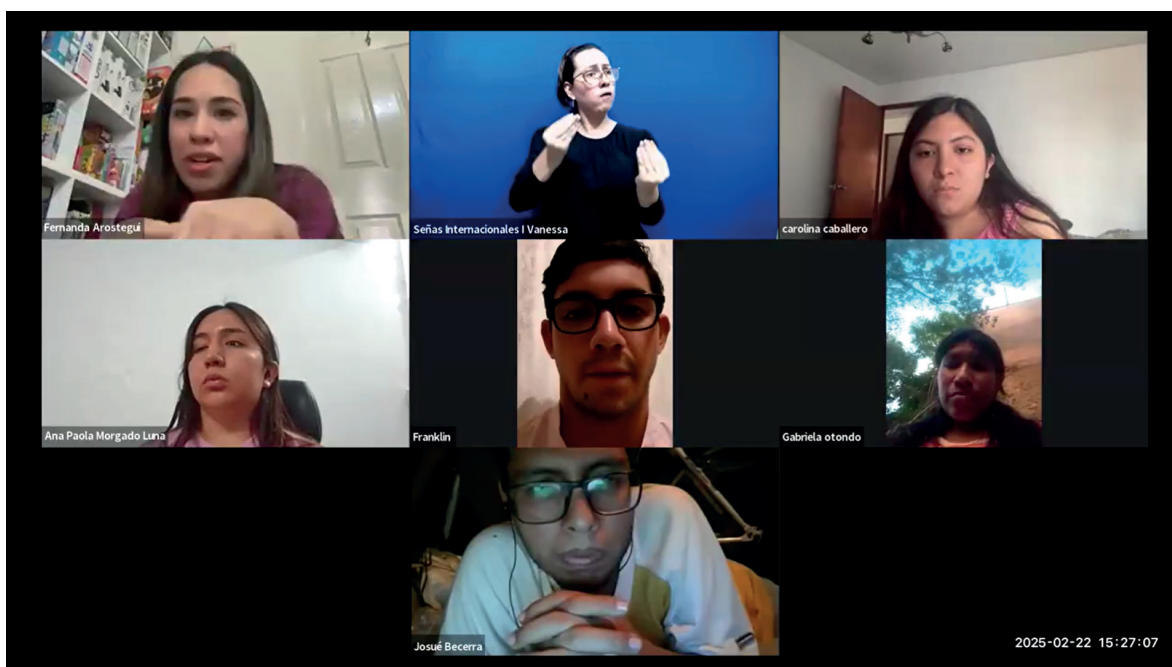
A imagem mostra uma videochamada em grupo com sete participantes, cada um visível em seu próprio quadro. Os nomes dos participantes aparecem no canto inferior esquerdo de seus respectivos quadros: Fernanda Arostegui, Língua de Sinais Internacional | Fernando, Carolina Caballero, Ana Paola Morgado Luna, Franklin, Gabriela Otondo e Josué Becerra. Nesta imagem, Fernanda Arostegui está apresentando. No canto inferior direito, há um carimbo de data e hora: 22 de fevereiro de 2025, 15:19:59.

Para orientar a discussão e a coleta de informações, utilizou-se o Guia de Consultas do Grupo de Meninas, Meninos, Adolescentes e Jovens, com as seguintes perguntas-chave:

1. Desde sua perspectiva, **quais foram os avanços e retrocessos em seu contexto (comunidade, região, país) em relação a este ODS?**
2. Na sua avaliação, **quais são os principais desafios pendentes identificados em relação a este ODS?**
3. Como crianças, adolescentes e jovens (NNAyJ), **que recomendações fariam para avançar na implementação deste ODS em níveis local, regional e nacional?**
4. De que forma Estados, organismos de cooperação, setor privado e/ou sociedade civil devem envolver NNAyJ como aliados para promover o avanço e implementação deste ODS?
5. **Quais são as principais contribuições que NNAyJ vêm realizando em seus territórios sobre este ODS?** (incluir referências: fotos, vídeos, publicações, etc.)

Dado que estas juventudes enfrentam barreiras significativas em termos de inclusão social, acesso a oportunidades e participação em processos de tomada de decisão, a consulta buscou visibilizar suas experiências e propostas, com o objetivo de fortalecer seu envolvimento na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. A informação recolhida será utilizada para a elaboração de recomendações dirigidas à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e outros atores-chave no marco da IX Sessão do Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre o Desenvolvimento Sustentável e o Fórum Político de Alto Nível de 2025.

Este documento sistematiza os resultados da consulta, destacando as principais preocupações, propostas e prioridades identificadas pelas juventudes participantes. Através deste exercício de recolha e análise, busca-se contribuir para a construção de políticas mais inclusivas e para o fortalecimento do papel das juventudes com deficiência como agentes de mudança em suas comunidades e na região.



Fotografia 3

A imagem mostra uma videochamada em grupo, com alguns participantes como Antonio Palma, Língua de Sinais Internacional | Fernando, Carolina Caballero, Ana Paola Morgado Luna, Franklin e Gabriela Otondo. No canto inferior direito, há um carimbo de data e hora: 22 de fevereiro de 2025, 15:24.



Um documento de texto com linhas que representam texto, sobreposto por uma lupa que amplia uma parte do documento onde se vê uma engrenagem, simbolizando a revisão ou análise de documentos técnicos ou processos.

4

Sistematização

Segue a sistematização formal das respostas sobre os Avanços, Retrocessos, Desafios e Contribuições no Cumprimento dos ODS 3, 5, 8 e 17 no Contexto das Pessoas com Deficiência.



4.1. ODS 3 – Saúde e Bem-Estar

Avanços:

- A. **Maior visibilidade da deficiência na saúde pública:** Em alguns países, foram criados espaços e programas que reconhecem as necessidades específicas de saúde das pessoas com deficiência, incluindo serviços de saúde acessíveis e especializados.
- B. **Atenção à saúde em áreas urbanas:** Em zonas urbanas, houve avanços na implementação de políticas que garantem acessibilidade aos serviços de saúde para pessoas com deficiência, incluindo o uso de língua de sinais e adaptação de infraestrutura.
- C. Na Guatemala e em outros países da região, começou-se a discutir mais sobre a inclusão de pessoas com deficiência, criando-se espaços de ação e informação para elas.
- D. No Peru, a implementação de impressoras braille em um hospital é um avanço que facilita o acesso à informação para pessoas cegas.
- E. Na região, existem programas de integração para pessoas com deficiência, porém restritos a zonas urbanas.

Retrocessos:

- A. **Acessibilidade limitada em zonas rurais:** Pessoas com deficiência em áreas rurais ainda enfrentam barreiras significativas no acesso à saúde, seja pela falta de infraestrutura adequada ou pela inexistência de serviços médicos especializados.
- B. **Falta de profissionais capacitados:** Há escassez de pessoal treinado para atender às necessidades das pessoas com deficiência, limitando a qualidade do serviço prestado.

- C. Persiste a recusa em atender pessoas com deficiência sem acompanhamento de assistentes pessoais, agravando-se quando o atendimento é relacionado à saúde sexual de mulheres com deficiência intelectual, psicossocial, física, surdas e outras que são deixadas para trás.
- D. Mulheres com deficiência em áreas rurais têm seus direitos à saúde especialmente violados devido ao estigma e preconceito de familiares e funcionários de hospitais, além da falta de acessibilidade nas unidades de saúde e no entorno.
- E. Tecnologias assistivas não são utilizadas com enfoque inclusivo e acessível, nem há incentivo à inovação para criar ferramentas virtuais que garantam o acesso de pessoas com deficiência a espaços de saúde físicos ou digitais.

Desafios:

- A. Nos hospitais, Ministérios da Saúde e espaços sanitários persistem preconceitos, estereótipos e mentalidades que consideram as pessoas com deficiência como seres incapazes e como “doentes que precisam ser curados”, distanciando-se do princípio central dos ODS de não deixar ninguém para trás.
- B. Os profissionais de saúde não possuem capacitação adequada em questões relacionadas à deficiência.
- C. Falta de programas em zonas rurais e desinformação nas instituições de saúde sobre acessibilidade e inclusão.

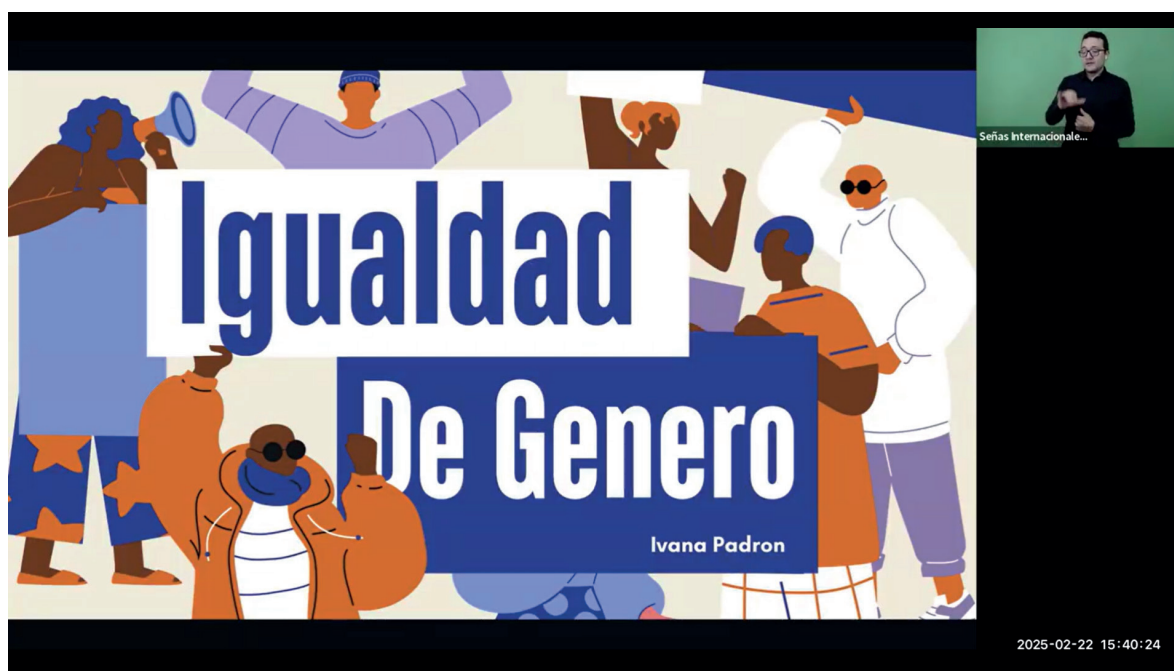
Recomendações:

- A. Implementar centros de saúde acessíveis para todas as deficiências, com capacitação obrigatória da equipe em atendimento inclusivo.
- B. Promover campanhas de saúde acessíveis, com divulgação ampla para alcançar toda a população, inclusive populações rurais.
- C. Desenvolver programas regionais de reabilitação, assegurando cobertura universal de saúde e acesso igualitário a tecnologias assistivas.
- D. Garantir a presença de pelo menos duas pessoas com deficiência trabalhando em cada unidade de saúde, para obter retroalimentação direta.

- E. Estabelecer parcerias com organizações de pessoas com deficiência para garantir que toda a diversidade seja escutada e atendida de forma eficiente e eficaz.

Envolvimento:

- A. Os Estados devem criar políticas públicas que incluam jovens com deficiência desde o desenho até a implementação e a avaliação, aspecto que garantirá que as juventudes com deficiência e seus requisitos sejam ouvidos.
- B. É preciso o financiamento de cooperantes e governos para projetos inovadores liderados por juventudes com deficiência, para promover suas habilidades e alcançar sistemas sanitários inclusivos e acessíveis.
- C. Criar alianças entre empresas privadas e juventudes, para garantir a criação de produtos sanitários acessíveis, que contemplem a língua de sinais, o braille, os pictogramas, entre outros elementos.
- D. Criar mesas de diálogo entre governos, sociedade civil, organizações de pessoas com e sem deficiência, entre outros atores, para avaliar avanços e tomar decisões inclusivas.



Fotografia 4

A imagem mostra uma videochamada em grupo, onde há uma apresentação compartilhada com o título “Igualdade de Gênero” e ilustrações de pessoas. Também está presente o quadro do intérprete de Língua de Sinais Internacional. No canto inferior direito, há um carimbo de data e hora: 22 de fevereiro de 2025, 15:28.



4.2. ODS 5: Igualdade de Género

Avanços:

- A. **Incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas:** Houve avanços na integração da deficiência dentro das políticas de igualdade de gênero, reconhecendo a interseção entre gênero e deficiência.
- B. **Maior visibilidade das mulheres com deficiência:** Aumentou a visibilidade das mulheres com deficiência nos movimentos de direitos das mulheres, defendendo a igualdade de direitos no acesso à educação, saúde e emprego.

Retrocessos:

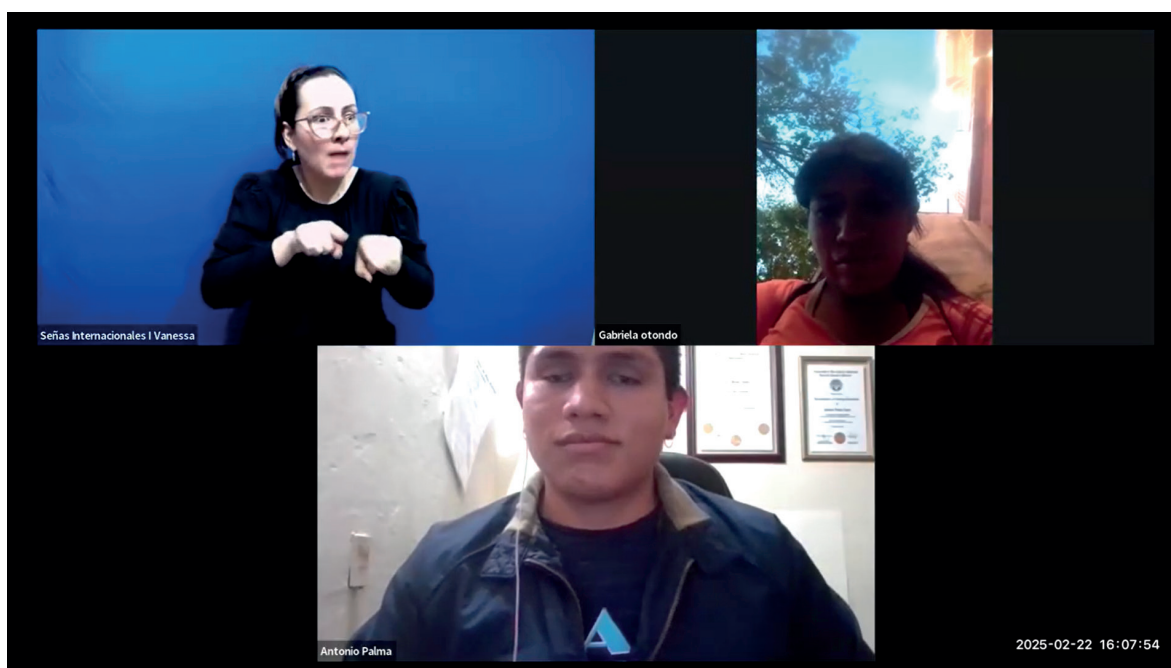
- A. **Acesso limitado a serviços para mulheres com deficiência:** Apesar dos avanços, ainda existem barreiras significativas para que mulheres com deficiência acessem serviços de saúde sexual e reprodutiva, especialmente em zonas rurais e comunidades isoladas.
- B. **Violência de gênero e falta de proteção:** Mulheres com deficiência continuam sendo vítimas de violência de gênero e frequentemente carecem de proteção adequada devido à falta de serviços acessíveis e pessoal capacitado.

Recomendações

- A. Criar espaços seguros onde mulheres jovens com deficiência possam tomar decisões baseadas em suas experiências.
- B. Identificar e capacitar mulheres e meninas líderes para que participem em espaços de tomada de decisão.
- C. Organizar oficinas de fortalecimento e empoderamento sobre seus direitos, incluindo a CDPD (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência) e os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), especialmente em zonas rurais.

Envolvimento:

- A. Criação de políticas públicas inclusivas que ouçam ativamente as vozes das mulheres com deficiência, garantindo que suas necessidades sejam incorporadas nas políticas.
- B. Criar espaços de participação acessíveis e inclusivos, assegurando que mulheres com deficiência possam participar em condições de igualdade com mulheres sem deficiência.
- C. Realizar oficinas de capacitação voltadas para mulheres com deficiência, com especial atenção às mulheres e meninas das zonas rurais.
- D. Promover parcerias com o setor privado para incentivar a contratação de mulheres com deficiência.

**Fotografia 5**

A imagem mostra uma videochamada com os quadros do intérprete de Língua de Sinais Internacional, Antonio Palma López apresentando e Gabriela Otondo. No canto inferior direito, há um carimbo de data e hora: 22 de fevereiro de 2025, 15:32.



4.3. ODS 8: Trabalho Decente e Crescimento Econômico

Avanços:

- A. **Projetos de inclusão laboral:** Foram implementados projetos em algumas regiões que promovem a inclusão laboral de pessoas com deficiência, fomentando um ambiente de trabalho mais inclusivo e acessível.
- B. **Fomento à empregabilidade juvenil:** Alguns programas, como o “Youth Ready” da World Vision, estão apoiando jovens com deficiência em sua preparação para o emprego e fornecendo as ferramentas necessárias para sua integração no mercado de trabalho.
- C. As pessoas com deficiência estão buscando e conquistando carreiras profissionais, demonstrando proatividade diante de um sistema laboral limitado.
- D. No Peru, existe um órgão público (SENAJU) que promove o desenvolvimento de jovens, embora seu alcance junto a jovens com deficiência seja limitado.
- E. Existem normativas que exigem que as empresas reservem entre 3% e 5% das vagas para jovens com deficiência, embora muitas vezes não sejam cumpridas.

Retrocessos:

- A. **Discriminação laboral persistente:** Pessoas com deficiência, especialmente jovens, continuam enfrentando barreiras significativas para acessar empregos. Frequentemente, lhes é negada a oportunidade de adquirir experiência profissional devido a preconceitos sociais sobre suas capacidades.
- B. **Falta de políticas inclusivas no emprego:** As políticas trabalhistas nem sempre consideram as necessidades das pessoas com deficiência, resultando em exclusão sistemática do mercado de trabalho e falta de oportunidades para desenvolver carreiras profissionais.
- C. A inclusão laboral de pessoas com deficiência nas empresas frequentemente ocorre apenas para cumprir regulamentos, e não como um compromisso genuíno.
- D. Ainda persistem preconceitos sociais, discriminação e falta de compreensão sobre o potencial das pessoas com deficiência.

- E. O sistema laboral em geral carece de adaptações e ajustes razoáveis necessários para aproveitar as capacidades das pessoas com deficiência.

Desafios:

- A. Combater a ignorância e os preconceitos na sociedade e nas empresas sobre as capacidades das pessoas com deficiência.
- B. Sensibilizar e educar autoridades, empresas e colegas de trabalho para construir um ambiente laboral inclusivo.
- C. Garantir que as empresas implementem ferramentas e ajustes razoáveis, criando condições ótimas de trabalho.
- D. Assegurar o cumprimento das políticas públicas de inclusão laboral, especialmente em áreas de alto impacto.

Recomendações:

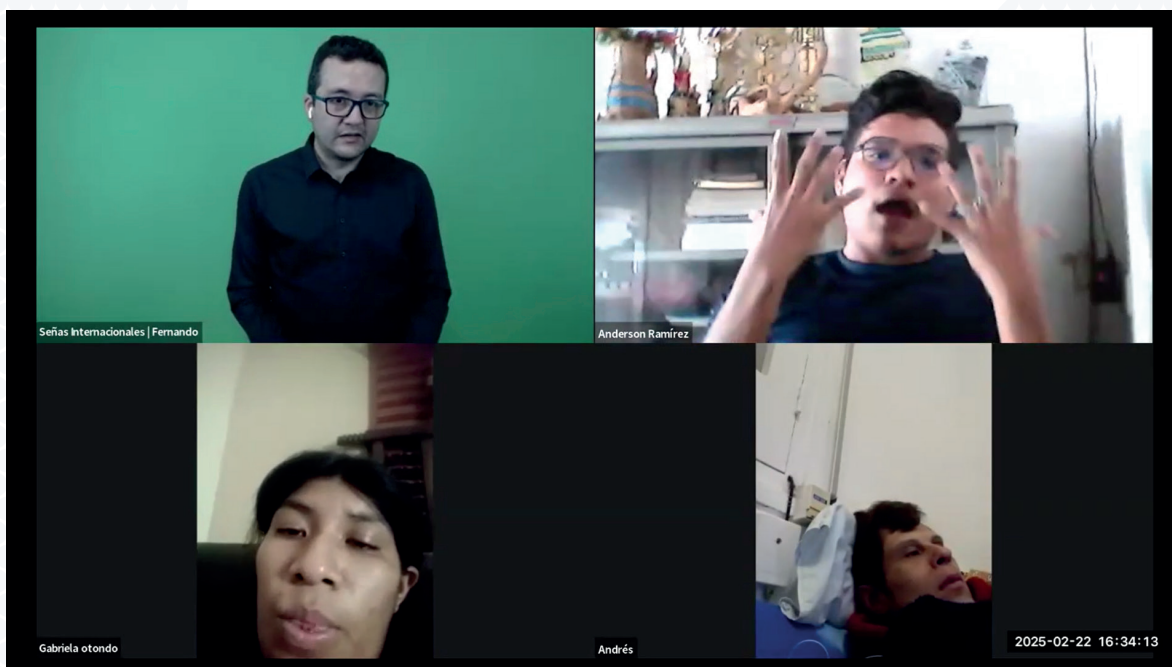
- A. Realizar oficinas, capacitações e fóruns de diálogo para informar as empresas sobre ajustes razoáveis e inclusão laboral.
- B. Criar espaços de comunicação direta com as autoridades e fortalecer a união de comunidades para exigir avanços concretos.
- C. Consultar diretamente as pessoas com deficiência para adaptar postos de trabalho segundo seus requerimentos.
- D. Trabalhar conjuntamente com cooperantes para que incluam pessoas com deficiência em suas forças laborais.

Envolvimento:

- A. Os Estados devem garantir a implementação de normativas de inclusão e realizar supervisão constante nas empresas, ações que devem ser realizadas com o acompanhamento de organizações de pessoas com deficiência.
- B. Deve existir compromisso por parte dos organismos de cooperação em integrar pessoas com deficiência em seus quadros de trabalho, para assegurar que os recursos e projetos contemplem as pessoas com deficiência, especialmente aquelas pertencentes a grupos sub-representados.
- C. A sociedade civil em geral deve trabalhar em conjunto para alcançar o cumprimento dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) e da CDPD (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência).



Fotografia 6 A imagem mostra uma videochamada com os quadros de cinco jovens: o intérprete de Língua de Sinais Internacional, Carolina Caballero, Ana Paula Morgado Luna, Gabriela Otondo e Josué Becerra.



Fotografia 7 A imagem mostra quatro pessoas em uma reunião virtual: Fernando, intérprete de Língua de Sinais Internacional; Anderson Ramírez, apresentando em língua de sinais porque é uma pessoa surda; Gabriela Otondo e Andrés.



ODS 17: Alianças para Alcançar os Objetivos

Avanços:

- A. **Criação de alianças entre organizações e governos:** Estão sendo formadas alianças estratégicas entre organizações não governamentais, o setor privado e governos para promover a inclusão de pessoas com deficiência nos diversos setores da sociedade.
- B. **Fortalecimento de redes de apoio à deficiência:** Aumentou a cooperação entre diferentes atores para melhorar a implementação de políticas públicas inclusivas, o que contribui para o avanço dos ODS relacionados à deficiência.

Retrocessos:

- A. **Coordenação insuficiente entre setores:** Apesar dos esforços, ainda falta maior coordenação entre os setores público, privado e a sociedade civil para abordar de forma integral as necessidades das pessoas com deficiência.
- B. **o Desigualdade no acesso a recursos:** As alianças existentes nem sempre garantem a distribuição equitativa de recursos, afetando especialmente pessoas com deficiência em contextos mais marginalizados.
- C. **Descumprimento da meta 17.18:** Não foi alcançada a meta que determina a disponibilidade de dados desagregados, incluindo informações sobre deficiência, essenciais para a criação de programas efetivos.

Principais Desafios e Obstáculos Pendentes

- A. **Garantir o acesso universal à saúde:** Apesar dos avanços em algumas áreas urbanas, persistem barreiras no acesso a serviços de saúde acessíveis e de qualidade, especialmente nas zonas rurais, o que afeta diretamente o ODS 3.
- B. **Assegurar a igualdade de gênero:** Mulheres com deficiência continuam enfrentando dupla discriminação, sendo urgente promover políticas públicas que abordem suas necessidades específicas em saúde, educação e emprego, conforme previsto no ODS 5.

- C. **Eliminar as barreiras no emprego:** A falta de oportunidades laborais e a persistente discriminação no âmbito profissional são desafios fundamentais para avançar no ODS 8. É necessário promover políticas que fomentem a inclusão efetiva de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.
- D. **Melhorar a cooperação interinstitucional:** Embora existam algumas alianças, é necessária maior coordenação entre os atores-chave (governos, setor privado, sociedade civil) para assegurar a implementação efetiva dos ODS relacionados à deficiência, especialmente no contexto do ODS 17.

Recomendações para Avançar na Implementação dos ODS

- A. **Incluir pessoas com deficiência no desenho de políticas públicas:** É fundamental que pessoas com deficiência participem ativamente na criação, implementação e monitoramento de políticas públicas relacionadas aos ODS 3, 5, 8 e 17, garantindo que suas necessidades e direitos sejam adequadamente atendidos.
- B. **Ampliar a cobertura de serviços de saúde acessíveis:** Os governos devem trabalhar para garantir que os serviços de saúde sejam acessíveis a todas as pessoas com deficiência, incluindo a provisão de serviços médicos adaptados e profissionais capacitados em atendimento inclusivo.
- C. **Fortalecer políticas trabalhistas inclusivas:** As políticas de emprego devem garantir que pessoas com deficiência tenham igualdade de oportunidades no acesso ao trabalho, remuneração justa e desenvolvimento profissional. Adicionalmente, é necessário capacitar empregadores para criar ambientes laborais inclusivos.
- D. **Promover parcerias estratégicas mais efetivas:** É crucial fortalecer as alianças entre governos, organizações da sociedade civil, setor privado e comunidades para fomentar a inclusão e melhorar as condições de vida das pessoas com deficiência, promovendo cooperação efetiva para alcançar os ODS.

Envolvimento de Atores-Chave na Promoção dos ODS

- A. **Governos e Organismos Internacionais:** Os governos devem adotar postura proativa na criação de políticas inclusivas e no fortalecimento da cooperação internacional para avançar os ODS. Devem garantir a participação efetiva de pessoas com deficiência em todas as etapas de formulação e implementação de políticas públicas.
- B. **Setor Privado:** As empresas precisam assumir responsabilidade ativa na geração de

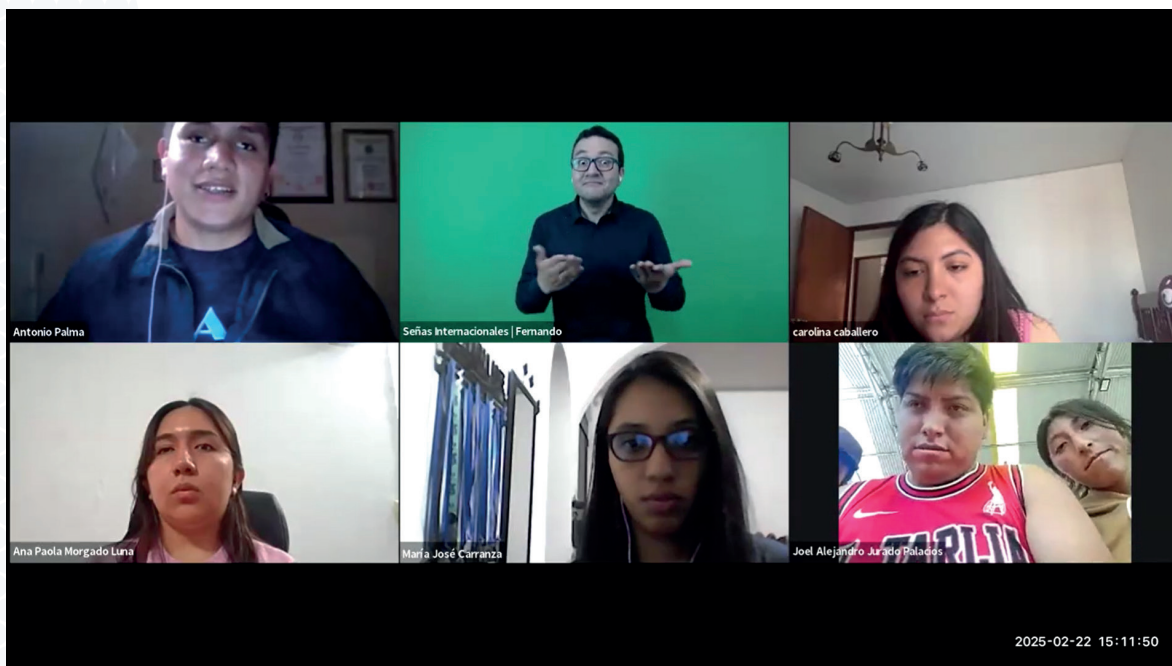
oportunidades de trabalho inclusivas, adotando práticas corporativas que promovam acessibilidade e equidade para pessoas com deficiência em seus ambientes e operações.

- C. **Sociedade Civil e Organizações Comunitárias:** As organizações da sociedade civil devem manter seu papel crucial na conscientização, advocacy por direitos e capacitação de atores locais, assegurando a inclusão efetiva de pessoas com deficiência em suas comunidades.

Contribuições de Crianças, Adolescentes e Jovens (NNAyJ) desde seus Territórios

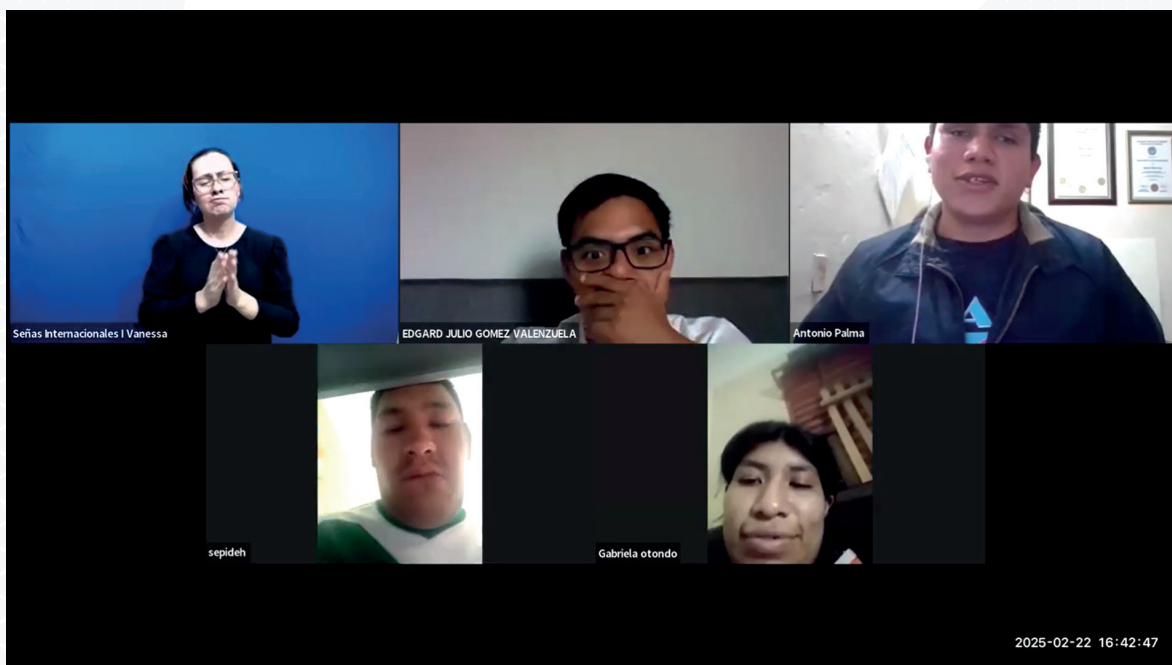
- A. **Liderança na visibilidade dos direitos das pessoas com deficiência:** Os NNAyJ estão assumindo um papel ativo na conscientização e defesa dos direitos das pessoas com deficiência, especialmente através de iniciativas locais que buscam melhorar a qualidade de vida deste grupo.
- B. **Promoção da igualdade de gênero:** Jovens com deficiência estão engajados em movimentos pela igualdade de gênero, defendendo o reconhecimento dos direitos das mulheres com deficiência e combatendo a violência de gênero.
- C. **Ativismo pela inclusão educacional e laboral:** Os NNAyJ estão lutando por uma educação inclusiva e por políticas que garantam acesso ao emprego para pessoas com deficiência, com foco no desenvolvimento profissional e na eliminação de barreiras no mercado de trabalho.





Fotografia

8 A imagem mostra uma reunião virtual com seis participantes: Vanessa, intérprete de Língua de Sinais Internacional; Edgar Julio Gómez Valenzuela, Antonio Palma, Sepideh e Gabriela Otondo. Antonio Palma está liderando a reunião.



Fotografia 9

A imagem mostra uma videochamada com sete pessoas: Antonio Palma, intérprete de Língua de Sinais Internacional Fernando, Carolina Caballero, Ana Paola Morgado Luna, María José Carranza e Joel Alejandro Jurado Palacios.

Conclusões.

Ainda persistem desafios que limitam o desenvolvimento sustentável inclusivo para jovens com deficiência. Embora tenham sido feitos avanços, as barreiras de acesso à saúde - incluindo a saúde sexual e reprodutiva -, à educação, ao emprego e à igualdade de gênero continuam, colocando esse grupo populacional em situação de vulnerabilidade.

Além disso, o adultocentrismo, a discriminação e os preconceitos sociais continuam a se constituir como barreiras que limitam a participação dos jovens com deficiência. Esse fenômeno se agrava com a falta de coordenação entre os atores-chave - como governos, setor privado e sociedade civil - o que dificulta a implementação efetiva de políticas públicas inclusivas.

Por conseguinte, é vital a participação ativa de jovens com deficiência em espaços de tomada de decisão em todos os níveis, elemento essencial para garantir o cumprimento dos direitos humanos e a inclusão deste grupo populacional.

Por outro lado, é importante considerar que as experiências e perspectivas das juventudes com deficiência são essenciais para a criação de políticas públicas, principalmente se levarmos em conta que aproximadamente 19,1 milhões de pessoas com deficiência na região são crianças, adolescentes e jovens.

Em contraste, as alianças estratégicas entre os setores são cruciais para avançar no cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável e na promoção da inclusão, aspectos que não poderão ser alcançados sem a consideração das vozes das juventudes com deficiência. Da mesma forma, é necessário fortalecer a cooperação interinstitucional e garantir a distribuição equitativa de recursos.



Recomendações.

É necessário criar e fortalecer políticas públicas que garantam o acesso universal à saúde, educação e emprego, com esse fortalecimento sendo realizado mediante a escuta ativa de crianças, adolescentes e jovens com deficiência. Igualmente crucial é a inclusão da perspectiva de gênero em todas as políticas e programas, abordando as necessidades específicas das mulheres jovens com deficiência.

Paralelamente, é urgente eliminar as barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais que impedem a participação plena das pessoas com deficiência na sociedade. Isso inclui garantir a acessibilidade nos serviços de saúde, educação e trabalho, bem como no acesso à informação e comunicação.

Da mesma forma, devem-se promover alianças estratégicas entre governos, setor privado, sociedade civil e organizações de pessoas com deficiência, assegurando a participação ativa das juventudes com deficiência nos processos decisórios e na implementação dos ODS.

Por fim, é imprescindível que governos e instituições colem dados desagregados que incluam informações sobre pessoas com deficiência, possibilitando assim a criação de programas efetivos que beneficiem este segmento da população.



